

A circulação intermediária: espaço de cidadania ou mais ou do mesmo? ¹

Ana Paula da Rosa²

Resumo

As informações aparecem, hoje, em dispositivos múltiplos de atores individuais ou de instituições jornalísticas que partilham a regulação do que será midiaticado, sendo que um mesmo conteúdo pode circular em vários espaços. Contudo, nesse cenário de circularidade como se dá a fixação de valor via circulação, uma vez que o poder aparentemente está mais líquido? Partindo da premissa de que as instituições midiáticas fazem o papel de chancela, mas não mais determinam os temas pertinentes à sociedade, de que maneira se constrói a cidadania na ambiência da midiaticação? Tais perguntas são o ponto de partida deste trabalho que tem como corpus a análise da cobertura realizada pelos portais Terra, Uol e G1 sobre um protesto da redução da maioria penal no Brasil em comparativo com matérias de soft news que tiveram maior interesse e repercussão.

Palavras-chave

Jornalismo; midiaticação; circulação; maioria penal

Quando se pensa em Comunicação, hoje, os antigos parâmetros parecem não mais dar conta: o processo comunicativo mudou. A tecnologia da informação afetou diretamente os modos de transmissão da informação. Os dispositivos estão acessíveis a todos de maneira que as lógicas midiáticas que antes eram inerentes apenas às instituições que tinham a comunicação como seu fazer, portanto, midiáticas (jornalísticas, publicitárias, de relações públicas), passaram a se volatilizar e espalhar-se por todas as instituições e campos da vida num processo que Pedro Gilberto Gomes (2004) denominou de midiaticação da vida. Este fenômeno mudou o modo de ser do homem no mundo, interferindo em todos os aspectos de

¹ Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Ana Paula da Rosa é jornalista, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestre em Comunicação e Linguagens (UTP), professora e pesquisadora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: anarosa@utfpr.edu.br



seu cotidiano. Muniz Sodré (2006) aponta para um *bios* midiático que é uma “transformação técnica do espaço-tempo, adequada às novas estruturas e configurações da vida social”. (SODRE, 2006, p.99).

Neste sentido, Ferreira (2011) vai além ao afirmar que a midiatização diz respeito à unificação e diferenciação dos mercados discursivos a partir de três dimensões que se afetam mutuamente: processos comunicacionais, contextos sociais e dispositivos midiáticos. Cabe aqui uma ressalva importante, os dispositivos não são entendidos apenas em sua dimensão técnica e tecnológica, mas, como um conjunto de materialidades e, ao mesmo tempo, um conjunto de intersecções com os processos sociais e de comunicação. Isto implica dizer que os processos comunicacionais interferem nas relações entre dispositivos e processos sociais, ao mesmo tempo em que os dispositivos interferem nas relações entre processos comunicacionais e sociais. Ou seja, cada processo afeta o outro, sendo cada vez mais as relações interseccionadas por dispositivos midiáticos.

Ferreira (2009) afirma ainda que a midiatização só pode ser compreendida a partir da circulação. No entanto, ao frisar isto o autor propõe um contraponto à noção de circulação ou de *feedback* do sistema clássico de comunicação, uma vez que na circulação não há uma separação evidente entre produção e recepção, ao contrário, na esfera da midiatização estes papéis são constantemente alternados e a produção é compartilhada ou ocorre a partir de reinscrições. No entanto, cabe aqui ressaltar que há uma produção consumidora ao mesmo tempo em que um consumo produtivo.

Esse duplo processo produz diversas transformações nas disposições e dispositivos midiáticos, em suas relações com as instituições e indivíduos que os disputam, mobilizam e os desenvolvem. Os processos midiáticos somam, portanto diversas circulações – emissão/recepção, emissão/recepção/emissão e recepção/emissão/recepção – transformadas pela midiatização das instituições (portais, novas configurações tipo Igreja Universal do Reino de Deus) e dos indivíduos (blogs, facebook, MSN). Todos, emissores e receptores, estão inclusos no processo de produção. (FERREIRA, ROSA: 2011,p. 03)

Avançando um pouco mais no esquema proposto por Ferreira, Rosa (2012) considera que há uma fixação de valor pela circulação atribuída exatamente pela regulação efetuada via restrição, ou seja, quanto mais uma informação, em especial imagética, sobre determinado



tema é inserida em dispositivos diversos, produzindo reverberações, mais esta imagem tende a tornar-se totêmica, ou seja, única a ser vista, autorreferencial, exatamente por um processo de restrição coletivo, onde não apenas a instituição midiática regula, mas faz o papel de chancela dos vários discursos orquestrados em dispositivos que são distribuídos midiaticamente. A primeira vista, isto pode parecer simples, mas não é de fato, uma vez que se trata de um imbricado sistema de restrição/regulação de imaginários, convocando estruturas profundas do social, que põe em xeque um universo de imagens que embora existentes e disponíveis deixam de estar acessíveis no âmbito da circulação. Contudo a questão mais emblemática deste processo reside exatamente no aspecto da reverberação, pois as imagens que abastecem os dispositivos dos atores individuais como *facebook*, *blogs*, *youtube* são reapropriações de imagens jornalísticas já vistas em espaços midiáticos tradicionais. Observa-se, então, que há uma acentuação/alteração dos sentidos em função da circulação intermidiática, isto é, as fotografias jornalísticas, não apenas figuram intradispositivos midiáticos, mas também aparecem de modo replicante em dispositivos não jornalísticos como blogs e no próprio *youtube*. Isto demonstra que a circulação é agenciada pelos dispositivos.

Diante disso como pensar a configuração dos valores éticos e das políticas da comunicação neste cenário em termos de acesso aos meios? Se por um lado a discussão do *agenda setting* de que as temáticas relevantes poderiam ser definidas pela relevância ou saliência determinada nos meios de comunicação de massa parece não mais ter uma lógica eficaz, por outro lado observa-se que as temáticas jornalísticas veiculadas são replicadas em dispositivos de atores individuais com facilidade ou fazem o caminho inverso, migram do espaço individual para o jornalístico. Contudo, como esse cenário de circularidade permite a circulação como fixação de valor? Ou ainda como se dá a fixação de valor via circulação, uma vez que o poder aparentemente está mais líquido? Partindo da premissa de que as instituições midiáticas fazem o papel da chancela, mas não mais determinam os temas pertinentes à sociedade, de que maneira se constrói a cidadania na ambiência da midiaticização? Tais perguntas são ponto de partida deste trabalho que tem como corpus a análise da cobertura jornalística realizada via web, especificamente no dia 27 de abril quando ocorreu uma das maiores manifestações populares sobre o tema, pelos portais sobre o caso da redução da



maioridade penal no Brasil a partir do latrocínio (roubo seguido de morte) do estudante Victor Hugo Deppman.

2. Entre circulação, circularidade e agendamento

Dentre as perspectivas da teoria da Comunicação, poucas são tão representativas quanto a teoria do agendamento. Desde a sua elaboração no final da década de 60 e sua explosão na década de 80, sua pertinência parece ser uma constante. A base do estudo de Maxwell McCombs e Donald Shaw consiste, segundo AFONSO, ROSA, PROCÓPIO (2008) na formulação de um conjunto de pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos que se constituem em ferramentas para a compreensão das articulações através das quais o conjunto de dispositivos midiáticos determina *a agenda* para a opinião pública definir o que é de relevância para seu conhecimento. Isto implica que muitas coisas serão preteridas, ignoradas ou simplesmente excluídas.

Conforme a hipótese os meios possuem uma grande capacidade de influenciar comportamentos em função daquilo que é selecionado para ser publicado, portanto, receber visibilidade. Porém, a teoria não defende que os meios dizem como pensar e nem que os meios definem o pensamento, mas eles fazem com que os temas disponibilizados pelos veículos acabem integrando a pauta dos cidadãos e, assim, dizendo sobre o que pensar e, ao fornecer enquadramentos, determinam ou apontam caminhos para gerar os pontos de vista. (AFONSO, ROSA, PROCÓPIO, 2008,p.20)

Ainda que a teoria não diga o quê pensar, contrariando o que muitos frankfurtianos poderiam supor, a possibilidade de ofertas de ângulos de visão fica evidenciada. Contudo, a teoria dos efeitos de médio e longo prazo proposta por McCombs foi revista ao longo dos anos e aprofundada pelo autor, sendo que em 2004, ele problematiza a internet ao abordar a perspectiva da cauda longa³ em que os conteúdos mais populares formam a cabeça, o que implica que a quantidade de assuntos e temas de discussão é relativamente pequena perto das

³ A teoria da cauda longa é uma proposição feita por Chris Andersen que versa sobre os temas de pertinência para os usuários da web que formariam uma espécie de réptil metafórico, sendo que os mais relevantes assuntos constituem a cabeça do animal, sendo o corpo formado por uma fama de assuntos que se estende pelos links conforme a segmentação.

possibilidades que o dispositivo permite. Os blogs, os sites reproduzem os jornais, que reproduzem outras mídias. Em 2004, McCombs atentou para o agendamento feito entre veículos tradicionais como jornais, TVs e blogs, onde um reafirmava o discurso do outro, cabendo à web uma espécie de intermediação dos campos sociais numa pseudointeração, onde as temáticas sociais tinham menor importância.

Hoje, passados quase 10 anos do estudo de McCombs sobre os blogs, a discussão do espaço de reapropriação e circularidade midiática parece ganhar ainda mais força, contudo de outra perspectiva. Não é mais o jornal que pauta o blog, nem mesmo o blog que pauta o jornal, ambos agora estão em pé de igualdade no processo de emissão-recepção, ainda que seja possível afirmar que são as informações jornalísticas publicadas em mídias tradicionais, como os portais ou a TV, que migram para os dispositivos de atores individuais. É perceptível, também, que as emissões de primeiro nível⁴, geralmente, partem dos dispositivos das instituições midiáticas, ainda que tenhamos vários casos em que os desencadeadores da informação e das imagens tenham sido atores individuais midiáticos que pautam e agendam a mídia tradicional. Porém, o processo de chancela, ou seja, de valorização do discurso só se efetiva quando este ganha o espaço midiático tradicional ou pela reiteiração cíclica em dispositivos diversos de atores sociais diversos que permite a legitimidade. A isso chama-se de circulação.

A circulação ampla leva a uma distribuição maciça e tal distribuição implica num apagamento de outras vozes, ou seja, na exclusão de outras perspectivas. A grande questão não está somente na exclusão que determina uma escolha, mas, sim, no que se escolhe. Tal escolha se dá baseada em diversos fatores: critérios de noticiabilidade, ineditismo da informação, pregnância da imagem, capacidade de convocação de imagens totêmicas anteriores como, por exemplo, uma informação que remeta ao terrorismo. Contudo, é difícil saber o que determina a inscrição de imagens e informações na circulação para além dos dispositivos midiáticos tradicionais, pois os critérios jornalísticos tradicionais nem sempre parecem ter validade no contexto atual. Tome-se como exemplo o conflito entre a temática da maioria e a descoberta de uma lesma rosa no Canadá, qual tem mais valor a princípio?

⁴ As emissões de primeiro nível são entendidas aqui como as primeiras emissões, ou seja, o início da circulação.

Para Jairo Ferreira (2009), a comunicação como circulação está na base da proposição de comunicação dialógica. Isto é, o diálogo pode traduzir o esquema da midiaticização na medida em que cada um dos elementos do processo comunicativo, produtores e receptores, ocupam as mesmas funções de modo alternado no cenário contemporâneo. Além disso, os dispositivos midiáticos estão cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas e eles transitam, circulam. Isto pode ser percebido na apropriação dos dispositivos pelos atores individuais que recorrem a eles para também produzir conteúdos e significações, caso, por exemplo, dos vídeos e postagens no *YouTube* a partir de dados veiculados em outros espaços, geralmente jornalísticos.

Dito de outro modo, produção e reconhecimento são os dois pólos do sistema produtivo do sentido, já a circulação, na visada de Verón (2004), é “defasagem entre os dois”, uma defasagem ou desvio que muda conforme o tipo de produção significativa objetivada. Assim, mais do que olhar o modo de produção e inferir sobre como essa produção se deu, ou quais foram os efeitos gerados em termos de reconhecimento como se fazia a partir do agendamento, a circulação resulta da análise de ambos os processos, uma vez que ela é o que os liga. A circulação surge onde há troca, isto é, reconhecimento de um valor, onde produção e recepção se dizem acordo. Isto implica dizer que, diferentemente do que afirma Verón, a circulação não é a defasagem, pois defasagem representa um hiato no tempo, a circulação é um processo de igualdade onde produção e reconhecimento se equivalem e se ligam.

Desta forma, tanto os traços da produção como do reconhecimento, as leituras possíveis de serem realizadas precisam ser retomadas, pois o foco da circulação está no que ocorre no caminho entre a produção em si, e suas regras, até o efeito gerado na recepção, como, por exemplo, a reinscrição destes materiais significantes. Há que se ter em mente que as condições da circulação são variáveis conforme o tipo de suporte ou dispositivo midiático e também segundo a “dimensão temporal que se leva em consideração”. Portanto, compreender a circulação é compreender como se dá o trabalho de construção do sentido e como o sentido se transforma ao longo do tempo. Para Jairo Ferreira (2007), é na circulação que o processo de produção de sentido se efetiva. A circulação, a partir desta visada, é, portanto, um processo em que o sentido circula, muda, altera-se conforme a lógica dos meios que, ao



sintetizarem fatos na forma de discursos (imagéticos ou não), reinterpretam, gerando outras formas de vínculos.

Ante a circulação identifica-se a circularidade midiática, o que Klein e Rosa (2006) definiram como mais do que a circularidade do tempo nas imagens, ou seja, sua presença retratada, mas a circularidade das imagens ou informações no tempo, por meio de sua reiteração em dispositivos diversos. Isto implica dizer que não apenas distribuídas massivamente e ciclicamente, muitos temas se tornam redundantes em termos de aparecimento a ponto de que suas distribuições e reinscrições na circulação sejam constantes e circulares no tempo de modo a impedir e restringir o acesso de outras informações e imagens.

Assim, a grande questão não está somente no que deixa de estar visível ou de integrar a agenda dos cidadãos, mas no que espaço da cidadania que é voluntariamente restringido para assuntos de pertinência social como a redução da maioria penal, por exemplo. O espaço da web surgiu como um locus de possibilidades, um locus de exercício de cidadania, uma “alquimia das multidões” como afirma Pisani e Piotet (2010) para a quebra dos padrões preestabelecidos da mídia tradicional, fechada, restritora da liberdade. No entanto, as lógicas da comunicação que permeia a sociedade, já arraigadas na cultura, migraram para o espaço do digital e são, ao que tudo indica, reproduzidas nesta ambiência. No entanto, convém questionar por que a cidadania não vem sendo exercida se há maior liberdade na geração de conteúdo da web para além das bordas do jornalismo e, principalmente, em diálogo com este?

3. A maioria penal: os Interesses e o campo de discussão

A partir do exposto anteriormente faz-se necessário observar empiricamente os materiais que compõe o corpus deste artigo. Foram escolhidos três portais de notícia: o Terra, o G1 e o Uol para avaliar a cobertura jornalística do tema redução da maioria penal, assunto que ganhou espaço midiático a partir da morte do estudante de Rádio de TV, Victor Deppman, e que passou a se constituir em tema recorrente, principalmente, nos dispositivos ligados ao Grupo Bandeirantes, como rádio e emissoras de televisão numa tentativa de



estimular a realização de um plebiscito para a alteração da lei brasileira reduzindo a maioria penal de 18 anos. No entanto, os materiais significativos postos em circulação não têm conseguido fomentar um discurso uníssono em torno do assunto para que ele ganhe repercussão o suficiente. As três matérias abaixo recortadas referem-se a um protesto realizado no dia 27 de abril de 2013, organizado por amigos e familiares dos pais do estudante assassinado, que foi realizado na Avenida Paulista, em São Paulo. Há uma evidente distinção de abordagens, contudo o adensamento dos cruzamentos de sentidos só será realizada após a análise individual de cada matéria e portal.

3.1 – Portal Uol - do lado da vítima

O Portal Uol expressa claramente seu posicionamento no texto da reportagem, ainda que a brevidade da notícia chame a atenção. Ela é constituída apenas por dois parágrafos. A manchete destaca “Secretário defende redução da maioria penal após morte de dentista”. Tal afirmação baseia-se em sonora obtida em vídeo pela equipe de reportagem da rede Bandeirantes de Televisão, na qual o secretário de justiça do Estado de SP alega que há necessidade de rever a maioria penal porque a Fundação Casa não recupera a sociabilidade do menor. A frase de efeito já apresentada na manchete traduz a linha editorial da publicação e o posicionamento favorável à redução. O restante do texto limita-se a trazer dados do protesto, na factualidade da notícia.



3.1.1 – Quanto às imagens

O Portal traz como abre da matéria imagens que não são protesto e, sim, da prisão dos prováveis suspeitos da morte da dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza assassinada durante um assalto na quinta-feira, dia 25 de abril de 2013, em São Bernardo do Campo, com o corpo incendiado pela falta de dinheiro. As imagens do protesto, fato do dia 27, só são apresentadas em vídeo da TV Bandeirantes no pé da matéria, já trazendo o histórico de toda a mobilização pela redução da maioria penal.

3.1.2 – Quanto à replicação em dispositivos a partir do portal

Observa-se pelos dados no portal que apenas uma vez a matéria foi recomendada e que ocorre 2 *retweets*, porém há comentários.

3.2 – Portal Terra – em busca de uma tentativa de contraponto

O portal Terra não expressa seu posicionamento de modo explícito, faz uma cobertura mais ampla dedicando um espaço maior à temática. Apresenta um conjunto de imagens sobre o tema e busca informações sobre o protesto, sobre os participantes e também ouve um jurista favorável à redução da maioridade penal, que apresenta um dado de que há um aumento de 80% dos crimes cometidos por adolescentes no país e que, por isso, a lei precisa ser revista. Em contrapartida, traz outro advogado criminalista que defende que a lei já é suficientemente boa, porém, não aplicada corretamente e que a redução da maioridade apenas atestaria a incompetência do Estado, acaba deste modo apresentando contrapontos da questão.



3.2. 1 – Quanto às imagens

O Terra traz uma galeria virtual com oito fotos da manifestação onde apresenta diversos ângulos. Em todos fica evidente a participação de jovens, crianças, familiares de vítimas e como a mobilização tomou as ruas da cidade de São Paulo. Não há imagens de

referência ao caso dos jovens presos pelo caso da dentista, as fotografias são todas da manifestação ocorrida no dia 27 de abril. Não há vídeos acompanhando a matéria nem mídias de apoio, embora seja possível localizar na TV Terra material em vídeo sobre a manifestação. As imagens são todas da Agência Estado.

3.2.2 – Quanto à replicação em dispositivos a partir do portal

Verifica-se pelos dados no portal que 381 pessoas curtiram a matéria, 10 *twittaram* e foram feitos 181 comentários no portal. Destes é importante destacar que a maioria dos atores individuais ressalta a necessidade de um maior rigor da lei frente ao que ocorre em outros países, há inclusive à atribuição do aumento no número de delitos por adolescentes à política governamental do PT. Tais afirmações, ainda que passem por uma mediação, refletem uma opinião fragmentada, mas que indica certa revolta com a impunidade e o atrelamento à política e à morosidade das Leis no país.

3.3 - Portal G1: imagens e nenhum texto

O Portal da Globo, G1, realizou um movimento diferente para não entrar na questão polêmica retratou o caso como um acontecimento relatado na perspectiva de Charaudeau e optou por um breve texto, seis linhas, e três fotos para sintetizar o acontecimento. Ou seja, não deixou de mencionar a notícia, mas não conferiu a ela espaço e força suficiente para merecer maior espaço. Não há especialistas ouvidos nem entrevistados, apenas os dados mínimos para relatar o ocorrido. Desta forma não é possível perceber o posicionamento, exceto a tentativa do distanciamento da questão. O próprio título já afasta ao dizer “Protesto na Avenida Paulista pede redução da maioria penal”, isto é, o protesto é lá, não há inclusão nem do leitor, nem do usuário, nem mesmo do veículo. Há uma tentativa de transformação em mero espectador do discurso.



3.3. 1 – Quanto às imagens

O G1 deu uma espécie de fotolegenda sobre a manifestação utilizando três imagens em sequência. As fotos trazem um grupo com faixas, imagens de vítimas da violência e por fim, os manifestantes caminhando na Paulista. Diferentemente do que explorado por outros veículos não é a imagem de Victor Deppman que aparece destacada nas faixas e cartazes, mas de uma criança o que agrega mais apelo emocional para as fotos. As legendas são todas de ancoragem, ou seja, apenas explicam as informações, mas em nenhum momento há alguma informação nova sendo agregada.

3.3.3 – Quanto à replicação em dispositivos a partir do portal

Apesar de ser apenas uma fotolegenda, o portal é considerado um dos mais acessados e isso reflete a replicação da notícia. Foram, conforme dados do próprio portal, 723 recomendações via *facebook* e 48 *post* no *twitter* e 184 comentários. O que chama a atenção são os comentários, diferentes em perspectiva dos postados nos outros dois portais. Cecília

Costa, por exemplo, comenta que “só há brancos no protesto” e que estariam cobrando coisas de pertinência a outras classes, o que se trataria de uma hipocrisia e que a “lei só serve para punir pobres”. Tal argumento destoa dos demais porque na maioria dos *posts* a argumentação está construída na crítica à agressão e nunca na sociedade que também, de algum modo, permite que a situação se instale já que pertence a esta sociedade desigual.

4. Considerações do ponto de vista da cidadania

Ao analisar os três portais é nítida a diferença de coberturas quanto ao “caso” recortado: redução da maioridade penal; entretanto o que chama atenção é a discrepância de envolvimento entre os atores sociais midiaticizados para pôr em circulação o tema em questão. Há um evidente desinteresse sobre o tema, que, em tese, seria de grande relevância social como o portal da UOL tenta construir, seja pela repetição circular da morte do jovem Victor Deppman, através da reconstituição da narração da história em reportagem televisiva, seja pelo tom exaltado das vozes convocadas para serem ouvidas. O Portal Terra se posiciona como o “jornalismo verdade” e busca os dois lados da história, esquecendo-se de que além de juristas e manifestantes há um outro lado não ouvido, o dos menores infratores ou dos adolescentes como um todo. Ainda assim, centra sua cobertura na discussão do acontecimento: o protesto e o relata. Já o portal G1, cobre o acontecimento como mais um entre tantos, nada além de um lead.

Os atores individuais da web diante destes materiais têm três alternativas: a) replicar; b) se apropriar e produzir em seus dispositivos conteúdos sobre a temática em questão e c) ignorar. A análise empírica dos materiais, ainda que não aprofundada em função da gama de dispositivos disponíveis, dá conta de que a terceira opção foi a mais frequente quanto ao tema no dia em questão. Ainda que muitos tenham postado imagens feitas de suas câmeras ou replicado *posts* de sites jornalísticos ou portais, a reverberação da manifestação foi pequena frente a outros temas que se agigantaram como a descoberta de uma lesma rosa no Canadá, uma jovem de 23 anos grávida quintúplas e outros temas de aparente gosto duvidoso, mas que em termos de critério de noticiabilidade parecem se agigantar no espaço do cidadão da web.



Nem mesmo as frases de efeito utilizadas nos cartazes como “*se o crime não tem idade, porque a punição teria*” ou o chamamento “*Brasil mostra tua cara*”, ou mais forte ainda “*O próximo pode ser teu filho*” não afetam a ponto de permitir inscrições em circulação de modo consistente para gerar um debate forte para atribuir ao tema da redução da maioria penal consistência para ganhar o espaço midiático e a vida do cidadão a ponto de entrar em sua agenda. O que nos falta? A resposta talvez esteja em dois caminhos: a) a web é um espaço de exercício pleno da cidadania, mas o conceito de cidadania ainda não é compreendido em sua plenitude para que seja possível exercê-lo. Desta maneira o local de discussão para a redução da maioria penal não é na web via redes sociais, mas passa primeiro pelos espaços tradicionais, terá de vir em outra direção, porque os afetados diretamente pela mudança da lei não estão incluído na web e, portanto, é como se o debate fosse entre mudos.

O segundo caminho, é o de que só temos a noção da prisão no seio da nossa liberdade, mas ao sermos ceifados dela a própria noção de liberdade é outra. Então, discutir a criminalidade crescente, na faixa etária de adolescentes, só passa a ser pertinente quando ela nos atinge, por isso as manifestações envolvem vítimas e não a sociedade como um todo. A lesma rosa parece uma futilidade, mas seu critério é mais generalizante, pois não demanda nenhum tipo de envolvimento, é contemplativo. O desafio posto neste momento não está em compreender como se processa a circulação, mas como tornar atrativo e mobilizar as temáticas que são de cunho realmente social e cidadão e não uma ambiência espetacularizante focada na replicação do vazio. Vilém Flusser (2012) argumenta que rumamos para a nulo-dimensão, onde os vazios irão gerar novos vazios. A nulo-dimensão talvez já esteja instituída e o momento seja de ultrapassar os vazios para devolver os sentidos perdidos.

5. Referências bibliográficas

AFONSO JR, Jose; ROSA, Ana Paula; PROCOPIO, Pedro. **Maxwell McCombs, 35 years of a limitless: a profile**. IN: Brazilian Journalism Research. Volume 4. Numero 1. 1º Semestre. 2008.

FERREIRA, Jairo. **Epistemologia e novo habitus** (o caso como conhecimento social e individual). Ícone (Recife), v. 11, p. 1-12, 2009.



Ferreira, Jairo. Espaço crítico no jornalismo para além da indústria. In: **Metamorfoses Jornalísticas II: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: Edunisc 2009

_____. **Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação**. E-Compós (Brasília), v. 10, p. 1-15, 2007

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Organizado por Rafael Cardoso. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

_____. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

GOMES, Pedro Gilberto. Os processos midiáticos como objeto de estudo. IN: **Tópicos da teoria da Comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

KLEIN, Alberto; ROSA, Ana Paula. Atentado em imagens: sincronização e circularidade na mídia. **Grhebh**, nº 08, julho, 2006.

KLEIN, Alberto. **Imagens do culto e imagens da mídia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ROSA, Ana Paula da; FERREIRA, Jairo. **Midiatização e poder: a construção das imagens na circulação intermediária**. IN: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (org). **Mídia, Cidadania & Poder**. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011. (p. 19-38)

ROSA, Ana Paula da. **Imagens- Totens: a fixação de símbolos nos processos de midiatização**. São Leopoldo: Unisinos, 2012 (Tese de doutorado) disponível em <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000003/0000033A.pdf>

PISANI, Francis; PIOTET, Dominique. **Como a web transforma o mundo: a alquimia das multidões**. São Paulo: Senac, 2010.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

VERON, ELISEO. Esquema para el analisis de la mediatización. In: **Diálogos**. Nº 48. Lima: Felafac, 1997.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. **El cuerpo de las imágenes**. Buenos Aires: Norma, 2005.